



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 913/1999

“Dispõe sobre o **Programa de Habitação de Lajinha-Pro-Habitar** e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o **Programa de Habitação de Lajinha – PRO-HABITAR**, com o objetivo de estabelecer parceria entre o governo municipal e população de baixa renda, para cobertura do déficit habitacional e atender a demanda habitacional do Município.

Art. 2º - Os requisitos para inclusão no Programa serão:

- I) Ser eleitor no Município;
- II) Ser detentor de renda familiar máxima correspondente à dois salários mínimos vigentes;
- III) Não ser detentor de domínio ou posse com *animus domine* de imóvel no Município;
- IV) Ser residente no município há no mínimo um ano.

Art. 3º - O prazo do contrato será proporcional ao custo da obra, devendo as prestações serem de valor nunca superior à 30% da renda do beneficiário, e no mínimo de 30% do salário mínimo vigente, já incluso o valor do seguro.

Art. 4º - As inscrições e respectivos critérios para seleção dos parceiros, será feita através do Conselho Gestor do Programa a ser criado por Lei específica, sob critérios a serem estabelecidos por Decreto do Executivo.

Art. 5º - Os recursos arrecadados através da parceria serão movimentados pelo Fundo Habitar Lajinha, que será criado por Lei.

Art. 6º - O beneficiário selecionado assinará Contrato de Parceria com o Município de Lajinha, na forma estabelecida nesta Lei e regulamentação efetivada por Decreto, no prazo máximo de 60 dias.

Art. 7º - Com a liquidação total do contrato de parceria deverá ser outorgado ao parceiro-beneficiário o título definitivo de propriedade pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - O imóvel objeto do contrato de parceria de que trata a presente Lei, somente poderá ser alienado ou transferido a qualquer título, mediante expressa autorização do Poder Executivo, sob parecer do Conselho Gestor do Programa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para atender ao Programa Pro-Habitar, inclusive para aquisição de terrenos no município.

Art. 10 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO
DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE. (18-08-1999)

Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 30-08-1999, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo